



ENVELHECIMENTO LGBT+

Diversidade demanda dos serviços de saúde cuidados específicos para pessoas com mais de 60 anos



IZABELLY NUNES

JORNALISMO E SAÚDE — Um café da manhã para conversar sobre os desafios da comunicação e saúde marcou o encontro entre as equipes do Programa Radis e do portal Outra Saúde. A redação de *Radis* recebeu a visita (15/5) da editora Gabriela Leite e do repórter Guilherme Arruda, responsáveis pela edição do boletim diário com notícias da saúde. Em pauta na conversa, a rotina das duas equipes em produzir comunicação comprometida com a democracia, o SUS e os direitos. Para conhecer o Outra Saúde e assinar o boletim gratuito com notícias e informações sobre saúde pública, acesse: <https://outraspalavras.net/outra-saude-quem-somos/>.

RADIS edição 273 . jun 2025

NOSSA CAPA: FOTO DE RAFAEL MEDINA



- EDITORIAL
- 3** Dignidade com equidade e empatia
- 4 VOZ DO LEITOR
- 5 SÚMULA
- CAPA | LGBT+
- 10** Envelhecer com equidade
- 13** Envelhecimento e exclusão
- ENTREVISTA | ALEXANDRE KALACHE
- 17** “Precisamos restaurar a cultura do cuidado”
- ENTREVISTA | MILTON CRENITTE
- 19** “Há uma precariedade no cuidado de pessoas idosas LGBT+”
- COP30
- 22** Cúpula dos Povos luta por justiça climática
- COP30 | ENTREVISTA KARINA PENHA
- 26** Da quebrada à COP
- MEIO AMBIENTE
- 30** O encantamento infinito da mata atlântica
- 34 SERVIÇO
- PÓS-TUDO
- 35** A humanidade de Sebastião Salgado

Dignidade com equidade e empatia

O envelhecimento não é apenas uma cronologia pessoal, um momento da vida que cada um vive do seu jeito, do modo como quer, nem algo a ser evitado ou que possa ser conformado individualmente. Como outras etapas da vida, é uma experiência e condição coletiva e social também.

Com a pirâmide etária da população brasileira registrando um aumento considerável do número de idosos e uma tendência a um maior tempo de vida, somada à busca de uma velhice saudável, o tema do envelhecimento é hoje uma das principais questões da saúde coletiva.

A revista Radis vem tratando desse tema em diálogo com quem pensa, estuda, cuida e trabalha com o envelhecimento na perspectiva da saúde coletiva e dos direitos humanos. Em nossas reportagens, temos ouvido especialistas, acompanhado e problematizado as discussões que ocorrem na academia, na atenção à saúde e nos fóruns participativos como as conferências nacionais de saúde — ambiente em que se destacam as pessoas que refletem sobre o envelhecimento a partir de suas próprias experiências e lutam coletivamente por seus direitos.

Pensar na saúde como um direito de todos requer adequar as políticas públicas de saúde e a estruturação e a atenção do SUS de forma a atender cada segmento da população de forma adequada às suas necessidades, levando em conta, respeitando e ajustando as ações conforme os seus contextos e condições culturais, de trabalho, renda, moradia, raça e gênero, dentre tantos processos de determinação econômica, ambiental e social da vida. Assegurar direitos, acesso e atenção à saúde respeitando e adequando-os à diversidade é garantir equidade.

Nesse mês de junho, marcado por campanhas dedicadas à conscientização para o enfrentamento à violência contra as pessoas idosas e pela 29ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Paulo, que celebra as pessoas 60+ da comunidade, reforçando a luta por dignidade e acolhimento, a nossa reportagem de capa traz um quadro e uma contextualização do universo de questões associadas ao envelhecimento para as pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários, entre outras identidades).

O repórter Adriano De Lavor examinou dados de pesquisas e ouviu especialistas, profissionais de saúde,

pessoas comuns e ativistas da causa dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+, para nos colocar a par e comprometidos com o que revelam os estudos recentes sobre envelhecimento de pessoas não heteronormativas no Brasil, quais os reflexos da violência praticada contra esta população na saúde, quais as barreiras encontradas por usuários LGBTQIAPN+ no acesso à saúde e quais são as lacunas que eles enxergam nas políticas e serviços do SUS.

De certa forma, a experiência da velhice para essa população reproduz e acentua problemas e contextos adversos que já se faziam presentes ao longo da vida. Problemas que agora, em muitos casos, encontram as pessoas em condições de maior vulnerabilidade ou com maior dependência de uma rede social de apoio, nem sempre existente. Solidão, estigma, violência e falta de acesso à saúde são alguns dos principais desafios enfrentados por essas pessoas, sinalizam os entrevistados.

A reportagem mostra o reflexo dessas questões na vida de quatro pessoas — um homem gay, uma mulher lésbica, uma mulher e um homem trans — que contam como é enfrentar o desafio de envelhecer com saúde em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade.

Para Alexandre Kalache, médico epidemiologista, pesquisador e uma autoridade em gerontologia no Brasil e no mundo, o que um profissional de saúde precisa para atender com dignidade à população LGBTQIAPN+ com mais de 60 anos é “se auto educar”.

“Os preconceitos só podem ser vencidos por meio de reflexão, de introspecção, de discernimento, de empatia e da solidariedade”, diz Kalache. “Você não tem o direito de impor as suas ideias, seus preconceitos, as suas antipatias em relação a outro ser humano. A outra pessoa tem que ser tratada com a dignidade que você gostaria de ser tratado; de receber, quando necessita, um cuidado médico ou de saúde, um cuidado jurídico ou legal, enfim, um cuidado como cidadão. A questão é de cidadania. Mas sem introspecção, sem empatia, sem solidariedade, você vai acabar sendo um algoz de uma população já vulnerabilizada.”

Na seção Serviço desta edição, o leitor encontra indicações especiais de livros, séries e filmes que abordam temas relacionados à população LGBTQIAPN+ que passaram dos 60 anos: memórias da resistência, protagonismo e direitos, aids e envelhecimento, os corpos que resistem nas margens da cidade.

Tenha uma boa leitura!

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



O QUE ESPERAR DA COP30?

Só benefício para os ricos; e para os pobres, racismo ambiental.

Agheila Alhadeif

Que o mundo veja o que estão fazendo com nossas florestas, principalmente o próprio governo.

Wanduy Mendonça

Nada.

Heloisa Helena

5 ANOS DA COVID

Excelente edição de 5 anos de covid. Nós sobrevivemos, graças às orientações dos infectologistas, aos servidores do SUS e à aplicação das vacinas. Jamais esquecerei esse período nebuloso. Foi assustador e de triste realidade.

Elias Araújo Cunha

PEPE MUJICA

Grande homem, inspiração para o Brasil em seus momentos mais conturbados.

Alexssandro Souza

Um gigante! Que a terra lhe seja leve.

Rodrigo Fernandes

LADY GAGA E A FIBROMIALGIA

Ela foi a primeira pessoa midiática a falar sobre fibromialgia. Vivo com a doença há 30 anos. Não é fácil.

Claudia Góes

Tenho fibromialgia e passo por tudo isso que foi falado na matéria, mas é possível ter vida "normal" fazendo o tratamento adequado.

Solange Félix

DISAUTONOMIA

Tenho 41 anos e venho buscando um diagnóstico correto faz muito tempo, o texto descreve perfeitamente tudo que sinto inclusive o gaslighting médico. Os sintomas pioraram após um período usando psicofármacos para tratar mais um diagnóstico errado. Hoje em dia sinto como se meu corpo estivesse todo bagunçado, não funciona mais como deveria e piora a cada dia. Infelizmente o atendimento pelo SUS é precário e minha sugestão na verdade é um pedido de ajuda com a indicação de profissionais capacitados para a avaliação. Postem indicações dos profissionais disponíveis em cada região, cidade ou município, pois isso é difícil de encontrar sem uma referência. Moro em Caxias do Sul (RS), uma cidade-metrópole, porém, com conhecimento e "mentes" fechadas na área da saúde.

Loara Cristina Albanio Costa

R: Olá, Loara! O tema disautonomia continua sendo desafiador. Nas próximas edições, iremos também abordar, com mais detalhes, a questão do gaslighting médico. Sobre indicação de profissionais, orientamos que você procure a rede de atenção básica e especializada da sua região. O perfil @dys.autonomia, no Instagram, também é um canal confiável para informações e trocas sobre a disautonomia.



HOMENAGEM AO IGOR SACRAMENTO

Tão jovem e tão talentoso, uma mente brilhante.

Fabiana Pavani

Igor, gigante, livre, amoroso, brilhante e divertido! Tinha luz própria. Amor e gratidão eterna.

Renata Ribeiro Gómez

Ainda estamos em choque com essa perda. Um grande amigo, um grande pesquisador. Nós te amamos, meu amigo.

Diego Oliveira

EXPEDIENTE

RADIS © é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem

Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier e Lara Souza

Estágio Supervisionado
Izabelly Nunes

Arte

Eduardo de Oliveira, Felipe Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

DOCUMENTAÇÃO

Licia Oliveira (Projetos Memória Radis 40+ e Radis Aberto)

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 113.400 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Senadores Tereza Cristina (PP-MS) e Marcos Rogério (PL-RO) conversam durante sessão que aprovou o PL da Devastação no Senado

Senado aprova projeto que flexibiliza regras para licenciamento ambiental

Por 54 votos a favor e 13 contra, o Senado aprovou (21/5) o Projeto de Lei 2.159/2021, que flexibiliza as regras para o licenciamento ambiental no país. Conhecido como “PL da Devastação”, a proposta recebeu críticas veementes de especialistas, ambientalistas e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O texto segue para nova votação na Câmara e, se aprovado, vai para a sanção do presidente Lula. Entre as mudanças, o projeto permite que empreendimentos obtenham licenças de forma automática apenas com base na autodeclaração do empreendedor, sem necessidade de análises técnicas prévias.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima divulgou nota, na mesma data (21/5), condenando o PL por representar “um risco à segurança ambiental e social no país”. “O texto também viola o princípio da proibição do retrocesso ambiental, que vem sendo consolidado na jurisprudência brasileira, segundo o qual o Estado não pode adotar medidas que enfraqueçam direitos”, afirma a nota.

Especialistas ressaltam que o PL prejudica a prevenção de danos ambientais e enfraquece a fiscalização dos órgãos competentes, como destacou o Repórter Brasil

(22/5). O projeto contou com forte apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e teve como relatora a senadora Tereza Cristina (PP-MS), conhecida por sua ligação com o agronegócio.

O site do Observatório do Clima (21/5) definiu que este é “o maior ataque à legislação ambiental das últimas quatro décadas”, a menos de seis meses da COP30, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, marcada para novembro, em Belém (PA). Na matéria do G1 (21/5), porém, o destaque é que o projeto “torna mais simples as regras do licenciamento ambiental”.

Para Malu Ribeiro, diretora de políticas públicas da SOS Mata Atlântica, o projeto abre caminho para o desmatamento. “É uma distorção sem precedentes que leva o Brasil na contramão do Acordo de Paris e potencializa tragédias climáticas”, disse ao Observatório do Clima.

Estudo do Instituto Socioambiental (ISA) demonstra que, com as novas regras, áreas protegidas da Amazônia Legal serão diretamente impactadas. Segundo o levantamento, atualmente, 277 áreas estão protegidas. “Com o PL em vigor, esse número despenca para apenas 102, desprotegendo cerca de 18 milhões de hectares de floresta”, aponta a nota (19/5).

JEFFERSON RUDY / AGENCIA SENADO

PRINCIPAIS PONTOS DO “PL DA DEVASTAÇÃO”

- Licença por Adesão e Compromisso (LAC): permite que empreendimentos sejam licenciados automaticamente, sem estudos dos impactos ambientais
- Enfraquecimento dos órgãos ambientais: reduz a atuação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e conselhos estaduais
- LAE (Licença Ambiental Especial): permite ao governo federal acelerar o licenciamento de empreendimentos considerados estratégicos, mesmo que possam causar degradação ambiental
- Retira a proteção de territórios indígenas e quilombolas ainda em processo de demarcação

Solidariedade à ministra Marina Silva

Não foram poucas as manifestações de apoio à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que sofreu ataques pessoais durante audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado (27/5). O Conselho Nacional de Saúde (CNS) divulgou nota (28/5) repudiando “veementemente” o tratamento desrespeitoso à ministra. “É inaceitável comportamentos pautados no gênero das pessoas. Diante da ausência de argumentos técnicos, tenta-se desqualificar a ministra por meio de ataques pessoais e atitudes machistas, o que é absolutamente inadmissível.”

A Bancada Feminina do Senado também saiu em defesa de Marina. “A ministra foi interrompida de forma desrespeitosa diversas vezes, teve o microfone cortado e foi impedida de exercer seu direito de resposta a afirmações feitas a seu respeito”.

A ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR), da Secretaria de Relações Institucionais, saiu em defesa da colega, definindo o comportamento do presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Marcos Rogério (PL-RO), e do senador Plínio Valério (PSDB-AM) como “inadmissível”. “Totalmente ofensivos e desrespeitosos com a ministra, a mulher e a cidadã”, escreveu ela, em sua rede social. Durante a sessão, Rogério falou que Marina precisava “se pôr no seu lugar”.

Após Plínio Valério afirmar que “a mulher merece respeito, a ministra, não”, Marina Silva exigiu um pedido de desculpas e anunciou que deixaria o local caso não fosse respeitada. A ministra abandonou a audiência, depois de quatro horas de sessão.

LULA MARQUES / AGENCIA BRASIL



Panorama dos médicos no Brasil

A edição de 2025 do estudo Demografia Médica no Brasil apontou o crescimento do número de médicos no país, porém eles ainda estão concentrados em determinadas regiões e cidades. Segundo o levantamento, o Brasil deve alcançar 635.706 médicos até o fim de 2025, o que equivale a 2,98 médicos por mil habitantes. No entanto, enquanto no Sudeste a média por mil habitantes é de 3,77, no Norte é de apenas 1,7.

O estudo atualiza informações sobre formação, especialização, distribuição e atuação dos profissionais de medicina em território nacional. Realizado há 15 anos pela Universidade de São Paulo (USP), a pesquisa contou pela primeira vez com apoio do Ministério da Saúde.

O número de faculdades de medicina aumentou de 252 para 448 nos últimos dez anos, com a criação de mais de 2.500 novas vagas anuais. No entanto, 58% dos médicos atuam em cidades com mais de 500 mil habitantes, enquanto os municípios com menos de 50 mil pessoas, onde vivem 31% dos brasileiros, contam com apenas 8% dos médicos do país.

Apesar do crescimento dos cursos de medicina, a qualidade da formação é uma preocupação, principalmente com a expansão de cursos a distância, que representam 41,2% da oferta de especialização médica no Brasil. Acesse o estudo e confira outros dados: <https://bit.ly/medicosnobrasil>

219 MIL BEBÊS

prematurados e de baixo peso internados em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal em todo o país foram beneficiados com doação de leite materno em 2024. O balanço do Ministério da Saúde (MS) foi divulgado com o lançamento (6/5) da campanha “Doação de Leite Humano: um gesto humanitário que alimenta esperança” para estimular que mais mulheres que amamentam possam ser doadoras.

DOAÇÃO DE LEITE HUMANO NO BRASIL EM 2024

245,7 MIL LITROS DE LEITE HUMANO DOADOS

193 MIL MULHERES LACTANTES COLABORARAM

Fonte: Ministério da Saúde

Cirurgia de fissura labiopalatina no SUS

Foi sancionada a lei que disponibiliza pelo SUS a cirurgia para correção de fissura labial e labiopalatina (conhecidas popularmente pelo termo lábio leporino). A Lei 15.133, de 6 de maio de 2025, também prevê o acesso ao tratamento posterior, com as especialidades que costumam atuar nessa condição. Um exemplo é o fonoaudiólogo que auxilia nos casos de reeducação oral, tanto para desenvolvimento da fala e movimentos de mastigação e sucção.

Acompanhamento psicológico, aparelhos para os dentes e outros possíveis custos necessários também deverão ser ofertados pelo SUS. E caso a fissura seja identificada no pré-natal ou após o nascimento, o bebê terá prioridade e será encaminhado a um centro especializado para iniciar o acompanhamento clínico e programar a cirurgia reparadora. As intervenções acontecerão conforme o desenvolvimento do bebê e serão determinadas pela equipe médica.

Atualmente, especialistas e pais afirmam que o termo lábio leporino não é mais considerado adequado, pois além de comparar a característica a um animal (no caso, ao focinho de uma lebre), também é vago ao descrever o tipo de fenda: se apenas labial ou labiopalatina, visto que as intervenções médicas e odontológicas necessárias irão variar de acordo com a extensão da fenda.



AGÊNCIA SANTARÉM

Influenza A: principal causa da morte de idosos por SRAG

O vírus da Influenza A se tornou a principal causa de morte por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em idosos, segundo o Boletim Infogripe da Fiocruz (15/5). Também foi registrado o aumento de hospitalizações pelo vírus em diversos estados do país. A orientação é para que todas as pessoas dos grupos mais vulneráveis tomem a vacina da influenza, pois é a forma mais eficaz para prevenir hospitalizações e mortes.

MAIS DE 24 MILHÕES DE DOSES

da vacina contra a Influenza A foram aplicadas até o dia 22/5. No dia D da campanha, em 10/05, houve o alcance de **1,5 milhão de doses**, número três vezes maior do que em dias comuns de vacinação. No entanto, a cobertura vacinal do público-alvo é ainda de **30,22%**. O Ministério da Saúde orienta que a vacina seja disponibilizada para quem procurar e pede reforço quanto a vacinação dos grupos prioritários.



Como vou te abraçar?

A foto de um menino de 9 anos, que perdeu os braços após um ataque israelense na faixa de Gaza, ganhou o concurso da World Press Photo em 2025. O registro foi feito pela fotógrafa palestina Samar Abu Elouf para The New York Times. Ela contou que o menino, ao perceber a gravidade do seu ferimento, disse à mãe: “como vou te abraçar agora?”.

Cerco a Gaza cria catástrofe humanitária

O forte bloqueio intensificado por Israel à faixa de Gaza nos últimos meses agrava a situação dos palestinos. O cerco total interrompe por completo o abastecimento de alimentos, água, energia e medicamentos à região, que continua sendo alvo de constantes bombardeios.

Após muita pressão, a Organização das Nações Unidas recebeu autorização para enviar, em 20/5, 100 caminhões com ajuda humanitária. “É uma gota em um oceano”, afirmou Tom Fletcher, chefe humanitário da ONU, em entrevista à BBC. De acordo com a Organização, Gaza precisaria de pelo menos 500 caminhões por dia para suprir minimamente as necessidades da população local, estimada em cerca de 2,3 milhões de habitantes.

A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou que Israel está criando condições para uma “catástrofe humanitária deliberada”. “O MSF pede às autoridades israelenses que respeitem o direito internacional humanitário e cumpram com as suas responsabilidades como potência ocupante.”

Apelo que foi reforçado até pelo Papa Leão XIV, em sua primeira audiência geral na Praça de São Pedro (21/5). “A situação na faixa de Gaza é preocupante e dolorosa. Renovo meu apelo de coração para autorizar a entrada de ajuda humanitária digna, e pelo fim das hostilidades, cujo preço dilacerante está sendo pago por crianças, idosos e pessoas enfermas”.

Assembleia Mundial da Saúde aprova acordo sobre pandemias

Após três anos de negociações e dos desdobramentos da pandemia de covid-19, a 78ª Assembleia Mundial da Saúde aprovou (20/5) o Acordo de Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra, na Suíça. Foram contabilizados 124 votos favoráveis à proposta, 11 abstenções e nenhum voto contra. A aprovação representa um marco histórico na saúde global em um momento de crise do multilateralismo, acirrado pela posição do governo norte-americano. Os Estados Unidos ficaram de fora do acordo.

O Brasil foi um dos países que liderou as negociações. Agora, um sistema compartilhado de informações sobre patógenos deverá ser negociado para apreciação na assembleia de 2026.

“O mundo está hoje mais seguro graças à liderança, colaboração e compromisso dos nossos Estados Membros na adoção do histórico Acordo sobre Pandemias da OMS”, afirmou Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS. “Este acordo representa uma vitória para a saúde pública, a ciência e a ação multilateral. Ele permitirá que, de forma coletiva, estejamos mais bem preparados para proteger o mundo contra futuras ameaças pandêmicas”, acrescentou.



Brasil é o país mais miscigenado do mundo

Uma pesquisa inédita, chamada “DNA do Brasil”, indicou que o país é o mais miscigenado do mundo. Essa é a maior pesquisa científica da história para identificar o genoma da população brasileira. Ao fazer o sequenciamento genético de 2,7 mil pessoas, o estudo identificou diversas evidências sobre fluxos migratórios, violência e miscigenação.

A investigação começou em 2019 e contou com a participação de 24 pesquisadores de 12 instituições. Os primeiros dados foram publicados na revista Science (15/5). O estudo faz parte de um projeto do Ministério da Saúde, que ficará responsável pelos dados — eles poderão ajudar em estudos futuros sobre doenças e tratamentos.

Os primeiros resultados demonstram que o Brasil tem 60% de ancestralidade europeia, 27% de africana e 13% de indígena. Ao todo, o estudo definiu 18 perfis genéticos com ancestralidades diferentes e observou que são mais comuns os perfis misturados, que podem ter mais de uma dezena de ancestralidades.

Outro achado aponta para a violência histórica marcada no nosso DNA: 71% da herança genética masculina veio de europeus e 77% da herança genética feminina veio de africanas ou indígenas. “Isso conta uma história de violência, porque é pouco provável que 80% das mulheres africanas quisessem ficar só com homens europeus e os homens indígenas somem da população”, disse Tábita Hünemeier, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e uma das coordenadoras do estudo, ao Jornal Nacional (15/5).

O que esperar do novo Papa?

Norte-americano, nascido em Chicago, com cidadania peruana, agostiniano, progressista e alinhado à abertura promovida pelo antecessor Francisco. O novo Papa, Robert Francis Prevost, assumiu (8/5) como líder da Igreja Católica após conclave de três dias. Tem 69 anos e escolheu ser chamado Leão XIV.

Considerado um profundo conhecedor da lei canônica, iniciou sua vida religiosa aos 22 anos. Estudou teologia nos Estados Unidos, ingressando em 1977 no noviciado da Ordem de Santo Agostinho. Em 1982, foi ordenado padre. Dois anos depois, iniciou sua atuação como missionário no Peru.

Em 2014, foi nomeado bispo de Chiclayo, cidade peruana em que ficou de 2014 a 2023 — ano em que foi chamado para Roma, pelo Papa Francisco, para ocupar o cargo de Prefeito do Dicastério (órgão que nomeia os bispos da Igreja) e Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.

Em seu primeiro discurso, o papa reforçou a importância da paz e solidariedade. “Queremos ser uma igreja sinodal, que avança, que busca sempre a paz, a caridade, sempre estar próxima, principalmente daqueles que sofrem”.



VATICAN MEDIA / DIVULGAÇÃO

José “Pepe” Mujica, ex-presidente do Uruguai, nascido em 1935 e falecido em 13 de maio de 2025



RICARDO STUCKERT / INSTITUTO LULA

“ A vida não é só trabalhar. Tem que se deixar um bom capítulo para as loucuras que cada um tem. Você é livre quando gasta o tempo de sua vida com as coisas que te motivam. ”

ENVELHECER COM

EQUIDADE

Solidão, estigma, violência e falta de acesso à saúde:

os desafios enfrentados por pessoas LGBTQ+

que passaram dos 60 anos

O Brasil envelhece em ritmo acelerado. Você já percebeu? Pesquisas mostram que a tendência é o país ter cada vez menos jovens e mais idosos, cenário que explicita alguns desafios para políticas públicas e serviços de saúde.

Especialistas, usuários do SUS, gestores, profissionais e ativistas são confrontados por duas questões que trazem a complexidade do debate: Como garantir acesso à saúde a uma população cada vez mais envelhecida e diversa? Como assegurar ações de saúde que acolham necessidades e respeitem a diversidade?

A discussão, relevante e oportuna neste Junho Violeta, mês de conscientização para o enfrentamento à violência contra as pessoas idosas, é também urgente e prioritária: no mesmo junho, que recorda os direitos conquistados na Revolta de Stonewall, nos Estados Unidos, em 1969, a 29ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo leva o tema às ruas da maior cidade do país, celebrando as pessoas 60+ da comunidade e reforçando a luta por dignidade e acolhimento.

Radis aproxima você deste debate, trazendo nesta reportagem elementos que ajudam a entender os variados contextos da discussão. O que revelam estudos recentes sobre envelhecimento de pessoas não heteronormativas no Brasil? Quais os reflexos da violência praticada contra esta população na saúde? Quais as barreiras encontradas por usuários LGBTQIAPN+ [lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários, entre outras identidades] no acesso à saúde? Que lacunas eles enxergam nas políticas e serviços do SUS?

A reportagem traz dados que contextualizam a vivência LGBTQ+60 dentro do cenário de envelhecimento no país e aproxima o que mostram os números à vida de quatro pessoas: Toni, Rosane, Jessica e Teo. Um homem gay, uma mulher lésbica, uma mulher e um homem trans que contam, a partir de suas histórias pessoais, como é enfrentar o desafio de envelhecer com saúde em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade.

UM PAÍS DE IDOSOS E VULNERÁVEIS

De acordo com o mais recente censo produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em 12 anos no Brasil. A pesquisa revela que atualmente vivem no país 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 15,8% da população. Apenas entre 2010 e 2023, o aumento no número de pessoas nesta faixa etária (60+) foi de 56%. Em 2070, elas serão 75,3 milhões, cerca de 38% da população.

Embora o censo não inclua dados específicos sobre orientação sexual e identidade de gênero, pesquisa feita pelo próprio IBGE, em 2019, revela que 2,9 milhões de

adultos se declaram homossexuais ou bissexuais (o que corresponde a 1,8% da população maior de 18 anos).

Um levantamento mais amplo, feito por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de São Paulo (USP), em 2022, mostra que o percentual de brasileiros adultos que se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros chega a 12%, cerca de 19 milhões de pessoas.

Um cenário inédito e desafiador para o país: “O Brasil vive atualmente uma revolução, algo nunca visto na história do mundo”, afirma o geriatra Milton Crenitte, em entrevista à *Radis* [leia na página 19]. Segundo ele, o que aconteceu em um intervalo de 100 anos em países como Inglaterra e França — dobrar o número de pessoas idosas — aqui ocorreu em apenas duas décadas.

Diretor do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC-BR) e autor de uma pesquisa que avaliou o impacto da condição de gênero e da orientação sexual no pior acesso à saúde em brasileiros com 50 anos ou mais, Milton explica que a população brasileira está envelhecendo cada vez mais rápido, mas em condições cada vez mais desiguais: “A gente vê as marcas da desigualdade nas possibilidades de envelhecer”, constata.

O crescimento da população idosa brasileira expõe a urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades, reconhece o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Em junho de 2024, o órgão lançou a campanha “Respeito a todas as fases da vida”, com o intuito de esclarecer que a valorização e o respeito às pessoas não têm prazo de validade e de convidar a sociedade a refletir sobre o cenário futuro, a partir da tendência de inversão da pirâmide etária do país. A previsão é que isso ocorra até 2030, quando a população de pessoas idosas irá superar a de jovens com até 14 anos no Brasil.

Neste cenário, o SUS aparece como espaço ideal para a retomada e a consolidação da cultura do cuidado para todas as pessoas, sugere Alexandre Kalache, uma das maiores autoridades em envelhecimento no mundo. Ex-consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o assunto e fundador do Centro Internacional de Longevidade Brasil, o pesquisador adverte, no entanto, que mesmo tendo perfil civilizatório, o SUS não opera milagres, e lembra que parte dos profissionais que atuam no atendimento à população reproduz uma ideologia supremacista que é baseada no etarismo e na LGBTQ+fobia, entre outras discriminações.

Na entrevista à *Radis*, ele é categórico quando se dirige aos profissionais de saúde: “Você não tem o direito de impor suas ideias, seus preconceitos, suas antipatias em relação a outro ser humano. A outra pessoa tem que ser tratada com a dignidade que você gostaria, e de receber, quando necessita, um cuidado médico ou de saúde, um cuidado jurídico ou legal, enfim, um cuidado como cidadão. A questão é cidadania”, argumenta.

PROBLEMAS REAIS, DEMANDAS INVISÍVEIS

Apesar da reconhecida carência de dados sobre pessoas idosas LGBT+ no Brasil — ainda mais escassos quando se trata de cuidados de saúde —, pesquisas recentes dão algumas pistas sobre a magnitude do problema, como o estudo exploratório Envelhecimento e cuidado LGBT+, realizado em 2024 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em parceria com a associação Itaú Viver Mais.

A pesquisa, que avalia apenas as particularidades do envelhecimento de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans, capta as percepções desta parcela da população sobre o acesso (e os obstáculos) a uma velhice ativa, digna e condizente com as suas singularidades, identidades de gênero e sexualidades, a partir de levantamento bibliográfico, do mapeamento de iniciativas e de entrevistas com especialistas e ativistas do movimento LGBT+.

Também registra dificuldades enfrentadas por essas pessoas no acesso à saúde, cuidado e bem-estar na velhice e identifica arranjos e práticas alternativas de cuidado construídas por essa parcela da população “que tende a sofrer discriminação por parte da família e de agentes de serviços públicos”, como afirma o relatório.

Os resultados da pesquisa do Cebrap mostram a invisibilidade dos temas do envelhecimento e cuidado LGBT+ tanto na agenda governamental, como entre pesquisadores e movimentos sociais. Essa carência é ainda mais crítica quando se refere a pessoas trans e intersexo, aponta o relatório. A invisibilidade da pauta

se reflete na falta de programas e serviços voltados às pessoas idosas LGBT+, e é reforçada pela ausência de qualquer referência a esses grupos no Estatuto da Pessoa Idosa.

O estudo mostra ainda que as trajetórias das pessoas LGBT+ são marcadas por adversidades e pela limitação de acesso a direitos e oportunidades, que se expressam de forma crítica na velhice. Neste sentido, chama a atenção para alguns contextos “desafiadores” vividos por pessoas idosas LGBT+ no Brasil, como a ditadura civil-militar, a repressão policial e a intolerância social à diversidade de sexualidade e identidade de gênero, além da epidemia de HIV/aids.

A pesquisa revela uma triste realidade, quando indica que a família e a escola são ambientes hostis no acolhimento às pessoas LGBT+, o que traz repercussão na saúde física e mental das pessoas e em suas trajetórias de formação e inserção no mercado de trabalho. A partir do que relataram entrevistados, o estudo conclui que essas pessoas também enfrentaram barreiras no cuidado da saúde ao longo da vida: “O constrangimento sofrido pela discriminação e pela falta de preparo das equipes de saúde faz com que a comunidade LGBT+ se afaste desses espaços, prejudicando o próprio bem-estar”.

As trajetórias LGBT+ não são homogêneas, indica o estudo, que menciona marcadores sociais como raça, classe e território como responsáveis pela “pluralidade de percursos e efeitos das desigualdades sociais”.

As fotos que ilustram esta reportagem integram a exposição “O mais profundo é a pele – Envelhecer LGBT+”, do fotógrafo carioca Rafael Medina, em cartaz no Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo

ENVELHECIMENTO E EXCLUSÃO

Rosane, Téo, Jéssica e Toni são pessoas LGBTQ+ acima dos 60 anos e falam à *Radis* sobre seus processos de envelhecimento. Confira a seguir essas quatro histórias que ilustram a diversidade da vida de pessoas LGBTQ+60 em um país marcado pela discriminação e pelo preconceito.

ROSANE, 63 ANOS, FORTALEZA (CE)

Ela estudou História e Teologia na universidade, foi redatora de agência publicitária, dona de bar e programadora musical. Hoje, quando questionada sobre o que faz da vida, responde, sem titubear: “Sou cuidadora da minha irmã”, diz Rosane de Castro. Pelo telefone, ela revela trechos de uma trajetória conturbada que a trouxe até essa condição.

O Rango Bar foi um dos primeiros bares a acolher a diversidade na Fortaleza dos anos 1980. À frente do negócio, Rosane percebeu que exagerava nas doses e procurou ajuda nos Alcoólicos Anônimos (AA). Neste mesmo período, sua companheira a convenceu de levar a irmã, diagnosticada com esquizofrenia, a uma igreja evangélica.

Rosane conta que a irmã, que já havia sido internada em clínicas psiquiátricas algumas vezes, melhorou. Intrigada, ela também passou a frequentar os cultos e conseguiu parar de beber. Foram 16 anos na igreja. Como tinha experiência em comunicação, logo Rosane estava à frente das ações da igreja em jornal, rádio e televisão. Neste período, não falava sobre sua sexualidade. “O pastor fazia vista grossa”.

Logo após a morte da companheira, vítima de câncer, aos 45 anos, ela começou a perceber que o ambiente de trabalho na igreja estava se tornando hostil. “Tudo era muito preconceituoso”, lembra. Rosane ainda tentou fundar um grupo de gays cristãos, mas logo percebeu que não tinha vocação para pastora.

Ao mesmo tempo, sua mãe, já sem andar e com outros problemas de saúde, passou a demandar cuidados. Rosane voltou a morar com a família no bairro Jardim América, em Fortaleza. “Tornei-me oficialmente cuidadora”, resume. Além da mãe e da irmã, que também não anda mais, ela cuida de outro irmão, que vive com Alzheimer. “Quem toma a frente de tudo sou eu”, diz, resignada.

E quem cuida da Rosane, hoje com 63 anos? Ela diz que a morte da companheira a deixou deprimida e ansiosa. Mas o pior, relata, é não sentir nada, nem alegria, nem tristeza. Refugia-se nos livros e na música, conversa com uma prima — que também cuida da mãe com Alzheimer — e com uma amiga, que mora no Rio de Janeiro, e se fortalece com sessões de terapia gratuita no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

“A realidade é inacreditável”, desabafa Rosane, revelando que a peregrinação com a mãe, em diferentes hospitais públicos, a fizeram enxergar “o quanto o SUS é necessário”. Ela ressalta que nunca foi discriminada em nenhum serviço de saúde, mesmo quando revelou sua sexualidade, mas se ressentiu do restante da família, que a abandonou — “talvez por ser lésbica, solteira, sem filhos, eles achem que eu tenha a obrigação de cuidar”.

Ela vive quase exclusivamente em função dos outros; os poucos momentos em que se permite sair e se divertir, são aqueles em que amigos a “arrastam de casa”. Com o tempo, muita gente foi se afastando, diz, reconhecendo que hoje é difícil se relacionar, “sem ter muito o que oferecer”.



ARQUIVO PESSOAL



ACERVO PESSOAL

TÉO, 70 ANOS, LINHARES (ES)

“Eu apanhei muito, sofri muito. Minha mãe me expulsou de casa aos 14 anos”, diz, emocionado, Téo Pereira da Silva. Em conversa pelo telefone, ele diz que mãe, pai e irmãos “sempre perceberam minha cara masculina”. Até os 13 anos a vida foi na roça, relembra, quando já lhe destinavam os serviços masculinos. Seu sonho era fazer Veterinária ou Engenharia Mecânica, mas a primeira ocupação foi a de babá de duas crianças.

Logo a convivência com a “nova família” permitiu que ele passasse a trabalhar em um escritório e, em seguida, numa grande montadora de veículos. “Fiquei 32 anos na Mercedes Benz, em 1996 recebi o prêmio de melhor analista de garantia do Brasil”, orgulha-se Téo. Ele conta que o dinheiro recebido pelo prêmio foi essencial na conquista de sua independência. Comprou casa, carro, moto.

Com a aposentadoria, em 2002, ele decidiu se juntar aos movimentos sociais e lutar contra o preconceito na cidade, fundando a Associação Linharensense de Apoio à Homossexualidade (Alah), onde ficou até 2013. Neste período, organizou paradas do orgulho LGBT, desenvolveu ações de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e aids. Hoje, ligado ao grupo Gold, de Vitória, Téo também está no segundo mandato do Conselho Municipal de Saúde. “Fui 23 vezes a Brasília participar de conferências”, contabiliza.

O ativismo de Téo o ajudou a superar a distância da família que, aos poucos, foi diminuindo. Em 2005 ele passou a tomar conta da mãe; após a morte do cunhado, a família voltou a procurá-lo. “Depois que comecei a dar

palestras e a ganhar dinheiro, mudaram o olhar”, diz ele, lembrando que a coisa era bem diferente quando o expulsaram de casa. “Eu me preparei bem para que não acontecesse o que eles previam. Tenho casa própria, outra na praia, carro do ano, sou independente”.

Téo conta que o ativismo o levou a cancelar o plano de saúde: “Aqui o SUS me atende muito bem”, atesta. Em relação ao acolhimento, ele considera que muito já foi conquistado “no pé de pano”, com respeito, mas reconhece que ainda há preconceito na abordagem de alguns profissionais, principalmente na oferta de alguns exames, como o preventivo. Ele diz que já ouviu de um profissional de saúde: “Por que fazer preventivo, se você é homem trans?”

Em relação à vida pessoal, ele diz que quem não o conhece ainda torce o nariz, mas ressalta que a discriminação também está presente nos espaços de luta coletiva: “Veja os grupos gays, só tem gente jovem. Se hoje estão liberados para andar de mãos dadas nas ruas, é porque muita gente lutou e até foi presa no passado”, lembra.

No entanto, Téo considera que hoje tem uma vida boa e saudável, pescando nas horas vagas, curtindo o fim de semana ao lado da companheira, uma agente de saúde de 54 anos que vive em Colatina, cidade a 120 km de Linhares. Orgulha-se da vida que construiu e dos bens que adquiriu, de não usar drogas e ser respeitado na sociedade onde vive. “Sou muito feliz na velhice. Faço o que quero, vou pescar quando quero, tenho carro zerado e um amor que vejo todo fim de semana”, diz, satisfeito.



ACERVO PESSOAL

JÉSSICA, 60 ANOS, RIO DE JANEIRO (RJ)

Ela parece um pouco nervosa quando começa a conversa com *Radis*. Do outro lado da linha, Jessica Maços Jordão fala do bairro da Penha Circular, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Respira e desabafa: “É uma luta diária, a da travesti”. Naquela manhã de maio, aguarda o resultado de uma biópsia que vai atestar se o caroço, encontrado por acaso na mama, é ou não indicativo de câncer. O exame fica pronto à tarde, e ela não esconde a ansiedade, que se mistura à indignação: “Nunca fui orientada a fazer uma mamografia”.

Aos 60 anos, Jessica não tem uma vida fácil. Mas a coisa ficou mais complicada quando a transição de gênero ficou mais visível aos olhos alheios. Jovem, com 20 e poucos anos, ela foi dispensada do emprego formal, no comércio da Zona Sul do Rio de Janeiro. “Não contratei Jessica, contratei outra pessoa”, alegou o empregador. A partir daí, não conseguiu mais trabalho. Porém, as contas não paravam de chegar.

Como acontece com muitas pessoas trans no país, Jessica interrompeu os estudos e recorreu à prostituição. Nos 20 anos seguintes, fez programas em cinemas do Centro do Rio, enfrentando a violência da polícia e o abandono da família, que também não aceitava sua condição de gênero. “Enquanto eu era gay, tinha emprego. Quando assumi quem eu era, perdi a empregabilidade”, pontua. “Mas eu precisava de dinheiro”.

O tempo passou e a família se distanciou, até o momento em que a mãe precisou de ajuda, após se separar do pai. “Eu sempre chegava com dinheiro. Com o tempo, ela foi me aceitando”, relata. As duas viviam na casa que Jéssica havia ajudado a construir. E a filha virou cuidadora, até a mãe falecer. Desde então, lamenta não ter com quem contar: “Vivo sozinha neste mundo, só posso contar com Deus”, revela.

Jéssica diz que tentou retornar ao mercado formal de trabalho, quando participou do projeto Damas [iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro de reinserção social de travestis e transexuais por meio de formação profissional]. Participou de cursos de gastronomia, fez inúmeras oficinas. Mas, por falta de oportunidades, voltou fazer programas.

Hoje, sobrevive de benefícios sociais, em uma casa onde cuida de 25 gatos. Apesar do momento delicado



EDUARDO DE OLIVEIRA

de saúde, ela ressalta que, ao conhecer alguns projetos da Fiocruz, passou a cuidar melhor da própria saúde. “É o meu refúgio”, diz. Foi a partir de iniciativas da instituição que conseguiu atualizar seus documentos e mudar o nome de registro; por conta do tratamento hormonal, descobriu que tem hipertensão e diabetes, além de ter acesso a uma série de especialistas. “Foi um divisor e águas para mim”.

Em relação aos demais serviços de saúde, reconhece que o atendimento é um pouco mais acolhedor, mas ainda traz na memória episódios de discriminação e de negligência. “Antes não me deixavam fazer exame de próstata, alegando que eu não era homem; por outro lado, nunca me disseram para fazer uma mamografia. E agora estou eu aqui, com 60 anos, com esse caroço no seio”.

No dia seguinte à conversa, Jessica enviava por mensagem a imagem do resultado do exame, que atesta a presença de um carcinoma. “Agora vou esperar a consulta com o oncologista e o mastologista”, diz em áudio.

TONI, 61, CURITIBA (PR)

“Queremos que a morte nos encontre bem vivos”. Essa é uma das frases que define a “melhor idade” do professor e ativista Toni Reis, do grupo Dignidade, de Curitiba. Da Alemanha, onde comemora Bodas de Coral com o marido David, de 67 anos — um dos primeiros casais a terem sua união reconhecida no Brasil — ele envia mensagens em que resume sua trajetória, no mínimo atípica diante da realidade da maioria das pessoas LGBTQ+ com mais de 60 anos no país.

Nascido em Coronel Vivida e criado entre as cidades de Quedas do Iguaçu e Pato Branco, ele cresceu na capital Curitiba, onde vive até hoje. Foi em uma viagem à Europa que conheceu David, com quem vive há 35 anos. Eles adotaram três filhos: Alison, de 24, Alice, de 22, e Felipe, de 19. Os mais velhos já moram sozinhos; o filho mais novo, ainda com os pais.

Toni conta que, nesta boa fase, o casal passou a cuidar melhor da saúde, investindo em alimentação saudável e atividades físicas regulares, sem deixar de lado a orientação de especialistas. O objetivo, diz, é garantir qualidade de vida. Ele relata que a ideia é cuidar da saúde física e mental, o que inclui planos de continuar os estudos, mesmo depois de dois pós-doutorados. “Estou me formando em História, quero fazer Filosofia. Se der, Psicologia e Direito, se tiver on-line”, brinca, reforçando o desejo de sempre se atualizar.

E quem integra a sua rede de cuidados? Ele cita, em primeiro lugar, a família nuclear (ele, o marido, os três filhos e um genro); em seguida, a “família estendida”, que inclui a avó das crianças, comadres e compadres, além dos companheiros do grupo Dignidade, “pessoas que frequentam a minha casa, jantamos, temos almoço, sempre comemoramos o aniversário juntos”.

Em relação aos serviços de saúde, Toni conta que recebe atendimento na unidade de saúde do SUS, Ouvidor Pardinho, especializada em saúde do idoso, e usa o aplicativo Curitiba Mais Saúde, por meio do qual marca consultas e exames. “O SUS realmente funciona na nossa cidade”, elogia, destacando a preocupação em manter sempre atualizado o calendário de vacinas. O investimento em saúde tem trazido resultados, diz, animado, revelando que passou a tomar menos remédios e a apresentar taxas mais saudáveis: “Passei em todos os testes”, comemora.

Além de cuidar da família, ele faz questão de não perder o contato com os amigos. “É muito legal manter o contato para se sentir pertencente e não viver ensimesmado. É importante ter uma rede de pertencimento”. Mas, para isso, atesta, é importante investir nas relações.

Questionado sobre alguma experiência desagradável relacionada à idade que apresenta, o ativista revela que lida bem com as situações. Lembra de uma vez em uma viagem de avião, em que foi chamado de “idoso”, quando foi impedido de sentar-se na poltrona na saída de emergência. “Fiquei muito surpreso, mas levei no bom humor”, diz, elogiando o Estatuto da Pessoa Idosa e pontuando que isso não existe na Europa.

Ele diz encarar de forma leve o tratamento diferenciado que recebe, mesmo quando as pessoas falam que ele está velho. “Que bom que você enxerga bem, porque eu realmente tô velho, já perdi meus cabelos, tenho rugas, uma barriga que, mesmo fazendo abdominais, não sai. Isso é natural, é a vida”, diverte-se. Sobre o atendimento prestado aos idosos LGBTQ+, ele elogia, mais uma vez, os serviços do SUS que utiliza em sua cidade e recomenda aos profissionais que escutem o usuário e não proponham “mudanças bruscas” no seu estilo de vida. “Todos vamos morrer. Só que eu quero morrer com qualidade de vida”, afirma. [ADL]



“PRECISAMOS RESTAURAR A CULTURA DO CUIDADO”



O tempo é curto e voa. No caso de Alexandre Kalache, na velocidade de muitos vãos, que o levam a diferentes lugares do mundo onde ele compartilha a experiência construída ao longo de décadas de pesquisa dedicadas ao envelhecimento. Uma das maiores autoridades em gerontologia do Brasil e do mundo, o médico epidemiologista e pesquisador em saúde pública é um dos fundadores do Centro Internacional de Longevidade Brasil e por 13 anos foi responsável pelo Departamento de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de 20 anos de vida acadêmica entre as universidades de Londres e de Oxford, na Inglaterra.

O tempo corre e se organiza. Em maio de 2025, a agenda de Kalache estava lotada, o que não o impediu de, entre um voo e outro, responder às perguntas enviadas por *Radis*. De volta de Roma, onde participou de um simpósio sobre memória, a convite do Papa Francisco, em seus últimos dias de vida, e a caminho de mais um compromisso profissional, na Praia do Forte (BA), ele atendeu ao pedido com a mesma generosidade com que se expressa e explica conceitos que vem desenvolvendo, como a gerontolescência — basicamente um novo período de vida, que se estende da vida adulta “à tal da velhice”.

O tempo ensina e responde. Nesta entrevista, Kalache parte da vivência pessoal para explicar como a discriminação pode afetar o envelhecimento de pessoas gays, lésbicas e trans, identifica uma ideologia supremacista que interfere na atuação de profissionais de saúde e, mesmo reconhecendo os desafios de enfrentar a LGBTfobia em seus espaços, reconhece o SUS como lugar privilegiado para a restauração da cultura do cuidado para todas as pessoas, inclusive para a população que sofre com discriminações.

Você já declarou que não vai envelhecer caladinho, bonitinho, como a sociedade deseja, mas ser “gerontolescente”. Poderia explicar melhor esse conceito?

Nós, nascidos com o fim da guerra (1945, 46), somos, por 20 anos, a geração baby boomer. Éramos muitos e com um grau de saúde e de conhecimento que não se comparava a qualquer geração anterior. Estou falando do ponto de vista coletivo: éramos mais saudáveis e tínhamos mais informações. Por outro lado, o que propiciou esse aumento na população de crianças e adolescentes foi a percepção de que finalmente iríamos viver em paz. Houve um aumento grande de desenvolvimento socioeconômico. O pós-guerra foi caracterizado por desenvolvimento econômico. Claro, com todas as desigualdades sociais. Então o que você faz quando tem mais saúde, melhores condições de informação e de conhecimentos e com um dinheirinho no bolso? Você bota para quebrar, vira a mesa, puxa a toalha, ousa. Você, sobretudo mulher, com a criação da pílula, vai ter uma liberdade sexual que mães, avós e toda a ancestralidade sequer podiam sonhar. Você vai poder transar e não ter filhos, por

Precisamos cuidar dessas pessoas que envelhecem em um país despreparado para a revolução da longevidade

exemplo. Isso foi uma liberação, mesmo que muitas mulheres ainda não a tenham conquistado. Mas para nossa geração, no coletivo, estes são fatores que contribuíram para que a gente pudesse criar uma transição entre a infância e a idade adulta. A adolescência.

Que mudanças aconteceram ao longo desses anos?

Se você pegar um dicionário dos anos 1950, a adolescência não vai ser descrita como a entendemos hoje, como construção social. E nós somos os mesmos; apenas 60 anos mais velhos. Mas não vamos envelhecer como os nossos pais; que dirá como nossos avós. Quando éramos jovens e levávamos a namorada ou o namorado para o quarto e trancávamos à chave, os pais não sabiam o que dizer. Hoje, nós vamos paquerar, fazer cruzeiro, nos divertir; vamos botar para quebrar, vamos puxar a toalha, vamos virar a mesa. Nós vamos ousar, porque essa é uma perspectiva de curso de vida. E com isso a gente vai criar outra transição. Que, claro, não é da infância para a idade adulta, mas sim da idade adulta para a tal da velhice. Há, aí, uma grande diferença. A adolescência dura ou deve durar cinco, seis, sete anos. É bem verdade que tenho colegas de turma que se comportam como adolescentes até hoje, mas não acho isso muito recomendado. Já a 'gerontolescência', esta vai durar dos 55 aos 80 anos, ou mais; muito tempo para a gente poder se rebelar, ousar, reinventar e criar essa transição da idade adulta à velhice — com muito mais tempo do que a adolescência teve, no seu lugar. Não vou envelhecer como os meus pais, que dirá como os meus avós. E daqui a alguns anos você vai poder rever os dicionários de hoje e vai chegar à conclusão que o termo 'gerontolescência', cunhado na perspectiva de 'dar uma sacudidela', entrou nos dicionários para definir essa nova etapa de vida.

Em relação aos cuidados em saúde, qual orientação você daria para LGBTs+60 (e para aqueles que cuidam dessas pessoas)?

Eu vou especificamente falar da população gay. Sofreram muito preconceito dos anos 1940 a 1970. Eu não vou dizer que deixou de existir. Foi difícil sair do armário, mas é cruel

nos enfiarem de volta nele, como querem alguns governos mundo afora, cada vez mais homofóbicos, com atitudes incompatíveis com aquilo que foi conquistado, sobretudo depois das revoltas como a de Stonewall (1969), quando foi possível você se afirmar por ter direitos. Os homens gays com mais de 60 anos sofreram muito bullying. Das trans, praticamente não se ouvia falar. As lésbicas ficavam meio na periferia. Era algo inconcebível, que não entrava na imaginação popular. Sempre houve uma orientação homossexual de mulheres, mas era algo que não era considerado. O principal alvo da discriminação no Brasil (e fora) era a população gay.

Como avalia hoje?

É lamentável que agora tudo isso esteja de novo em pauta, de que seja negado à população gay o direito de ter tratamento decente. Isso faz com que eles fiquem, de novo, muito vulneráveis. Além de, claro, expostos às doenças comuns ao envelhecimento, que podem se complicar pelo estado de saúde mental. É muita depressão, ainda muita não-aceitação e o abandono de suas famílias; a pandemia de solidão. É necessário ter um esclarecimento que qualquer tipo de discriminação ou qualquer forma de "ismo" — seja racismo, sexismo, idadeísmo, capacitismo — segue as mesmas regras.

Neste contexto, que orientação você daria a um profissional de saúde no atendimento à população LGBT+ com mais de 60 anos?

A orientação que eu daria ao profissional encarregado de dar atendimento a essa parcela da população, como a qualquer outra, é que se auto eduque. Os preconceitos só podem ser vencidos por meio de reflexão, de introspecção, de discernimento, de empatia e da solidariedade. Você não tem o direito de impor as suas ideias, seus preconceitos, as suas antipatias em relação a outro ser humano. A outra pessoa tem que ser tratada com a dignidade que você gostaria de ser tratado; de receber, quando necessita, um cuidado médico ou de saúde, um cuidado jurídico ou legal, enfim, um cuidado como cidadão. A questão é cidadania. Mas sem introspecção, sem empatia, sem solidariedade, você vai acabar sendo um algoz de uma população já vulnerabilizada.

Você considera que o SUS está preparado para oferecer os cuidados de saúde da população LGBT+60?

O SUS é emancipador, é redentor, é um marco civilizatório. O SUS tem menos de 40 anos e é o maior sistema universal de saúde do mundo. Não é perfeito, não poderia ser perfeito. Temos que perceber que o SUS não pode fazer milagre. E o SUS retrata, por meio dos seus funcionários, a sociedade como um todo. E na sociedade tem muita gente homofóbica e isso vai se retratar no dia a dia, através de políticas de mau atendimento e do rechaço. 'A culpa é sua, se você tem aids, porque você é gay'; 'a culpa é sua, de você ter tuberculose, porque é pobre, negra e vive na periferia'. Essa percepção social da maioria dos profissionais da saúde, não somente médicos, tem um poder corrosivo muito importante. [ADL]

■ LEIA A ENTREVISTA COMPLETA NO SITE DE RADIS

“HÁ UMA PRECARIEDADE NO CUIDADO DE PESSOAS IDOSAS LGBTQ+”



ACERVO PESSOAL

Em um cenário de envelhecimento acelerado e marcado por desigualdades no país, Milton Crenitte tem se destacado por seu olhar inclusivo para o tema, ao se debruçar, na pesquisa e no ensino, para os reflexos do fenômeno na população LGBTQ+. Médico geriatra e diretor técnico do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC-BR), sua tese de doutorado em Ciências, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), mostra o impacto do gênero e da orientação sexual no pior acesso à saúde em brasileiros com 50 anos ou mais.

Nesta entrevista à *Radis*, ele falou sobre as especificidades que afetam de maneira mais contundente o envelhecimento da população LGBTQ+ no país, destacou barreiras concretas que impedem que gays, lésbicas e transgêneros sejam acolhidas nos serviços de saúde e defendeu que as políticas públicas existentes no país sejam de fato efetivadas. Crenitte declarou ainda ser fundamental investir na formação de profissionais para que reconheçam identidade de gênero e orientação sexual como determinantes sociais do processo saúde e doença.

Coordenador do Ambulatório Trans 40+ no Centro de Saúde Escola Geraldo de Paula Souza, em São Paulo, e professor no curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), onde supervisiona o internato de clínica médica, Crenitte falou sobre cuidado, solidão e violência: “Sabemos que pessoas LGBTQ+ idosas têm um suporte social mais precário. Então quando se fala em gestão do cuidado, de política do cuidado, é preciso pensar em equidade para proporcionar um cuidado melhor para essas pessoas”.

ENVELHECIMENTO NO BRASIL

“A gente tem que entender envelhecimento como um direito, uma conquista, um marco civilizatório. O que aconteceu em aproximadamente 100 anos em países como Inglaterra e França — dobrar o número de pessoas idosas — a gente viveu aqui em 20 anos. O país vive um panorama de envelhecimento rápido da população. Porém, é um envelhecimento ainda muito acompanhado de desigualdades. Mesmo dentro de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo ou outras capitais, é possível enxergar realidades muito distintas de envelhecimento. Enquanto nos bairros ricos, com grande acesso à saúde e disponibilidade de serviços, como transporte, educação e assistência social, encontramos expectativas e qualidades de vida próximas de países ricos, em bairros mais afastados ou periféricos encontramos baixas expectativas de vida. O envelhecimento no Brasil está acontecendo de maneira revolucionária, rápida, mas ainda muito acompanhado de desigualdades. Essas desigualdades vão se marcar na possibilidade de acesso à saúde, de controle das doenças crônicas e no acesso aos direitos garantidos pela nossa Constituição.”

O envelhecimento no Brasil está acontecendo de maneira revolucionária, rápida, mas ainda muito acompanhado de desigualdades

ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+

“Quando a gente fala do envelhecimento de pessoas LGBT+, a principal questão é o acesso à saúde. É muito mais do que o usuário entrar pela porta de uma unidade de saúde. Pesquisas sérias, no Brasil e no mundo, demonstram que o acesso à saúde por pessoas LGBT+ é diferente. Elas encontram barreiras de acesso à saúde que pessoas não LGBT+ não encontram, como por exemplo o não respeito ao nome social de pessoas trans, a falta de capacitação de profissionais, experiências prévias negativas naqueles serviços — seja por uma situação vexatória, seja por medo de revelar a sua identidade sexual, a sua identidade de gênero ou a sua orientação sexual — vão fazer com que esses usuários evitem procurar o serviço de saúde e fazer a estratégia preventiva. É importante a gente falar disso porque são as pessoas idosas que mais vão demandar cuidados de saúde. São dois grandes cenários: Um é o estresse de minorias (que é envelhecer dentro de um grupo minorizado, exposto a diversos estressores que vão moldar e gerar gatilhos em sua saúde física e mental); outro, são as barreiras de acesso à saúde, que vão impedir que o controle, a promoção e a prevenção da saúde sejam efetivos.”

PESSOAS TRANS

“Transgêneros, homens e mulheres trans, travestis vivem realidades mais vulneráveis. Se o cenário já é difícil para gays, lésbicas e bissexuais, para as pessoas trans é ainda pior. Ainda há muita discussão sobre qual seria a real expectativa de vida de pessoas trans no Brasil, porque não existe nenhum censo aproximado ou pesquisa séria que mostre exatamente isso. O que a gente estima é que muitas pessoas trans não têm o direito de envelhecer. Muitas morrem, são assassinadas ou são ‘suicidadas’ (como dizem os ativistas do tema) antes de chegarem à velhice. Então é importante garantir um curso de vida, a promoção da saúde e do envelhecimento para que todas as pessoas, incluindo as pessoas trans, que enfrentam uma realidade mais vulnerável e mais precarizada, possam envelhecer.”



HOMENS GAYS

“Em relação aos homens gays, é importante falar não só de solidão, mas também da possibilidade do envelhecimento do corpo, sabendo que na comunidade de homens gays o corpo masculino é padronizado, um corpo ‘musculoso’, e que essa é uma questão de aceitação dentro da comunidade. Só que a partir do momento em que esse homem envelhece, há transformações que vão mexer com sua saúde física e mental. Mas não é só o corpo. A gente tem que falar de saúde mental, de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), de promoção do envelhecimento ativo, entre outras questões.

LÉSBIICAS E OUTRAS POPULAÇÕES

“É fundamental, no caso de mulheres lésbicas, a gente falar, por exemplo, do acesso a exames preventivos. Temos pesquisas que mostram que a taxa de realização de mamografia, exame recomendado nacionalmente para mulheres acima de 50 anos pelo Ministério da Saúde, é menor entre as lésbicas. Na minha pesquisa, 80% das mulheres heterossexuais já tinham feito alguma mamografia; já entre as mulheres lésbicas, apenas 40%. Isso mostra que há um impacto, uma barreira e uma dificuldade de acesso a exames preventivos.



Sabemos que solidão pode matar. E pessoas idosas LGBT+ têm mais chance de serem sozinhas

É preciso a gente facilitar o acesso, entendendo quais são as barreiras que também impedem, por exemplo, a realização de outro exame em mulheres lésbicas, como o papanicolau [exame ginecológico fundamental para a prevenção e detecção precoce do câncer de colo do útero]. Para homens e mulheres trans, é fundamental falar de saúde mental, de promoção do envelhecimento, de atividade física, de alimentação saudável, de vacinação, de controle de doenças crônicas, mas também poder discutir e capacitar os profissionais do SUS para lidar com as particularidades da hormonização. Para que a pessoa possa ter o acesso (na UBS, pelo médico de família ou pelo médico que já a acompanha em suas necessidades de saúde) não só à hormonização, mas a todo o processo que essa pessoa vai apresentar.”

ACOLHIMENTO NO SUS

“Na verdade, há políticas públicas muito boas. Nós temos, por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral de Pessoas LGBT+, publicada pelo Ministério da Saúde em 2011. Mas em um sistema federativo e muito hierarquizado como é o SUS, há ainda a dificuldade de transplantar ações da macropolítica para a micropolítica do consultório. Então a

gente tem que batalhar para que as boas leis que já existem sejam implementadas. Claro que queremos criar leis novas, como por exemplo, levar a diversidade sexual para o Estatuto da Pessoa Idosa, que ainda não existe. Mas a gente precisa que os entes federativos (federal, estadual e municipal) conversem sobre o tema, de modo que ele esteja em plano de metas. Então o primeiro passo é implementar as políticas que a gente já tem.”

ENVELHECER COM QUALIDADE DE VIDA

“A OMS fala de quatro pilares importantes para se pensar no envelhecimento ativo: saúde, educação, segurança e aprendizado ao longo da vida. Então um jeito bom de envelhecer para todas as pessoas LGBT+ é entender que as barreiras de acesso à saúde existem, mas que os canais de denúncia e as ouvidorias têm que ser usados. Se não for respeitado o uso do nome social, por exemplo, que já está garantido em lei, deve haver denúncia. É importante que os usuários do SUS conheçam os seus direitos — e o direito ao respeito e à saúde está garantido na nossa Constituição — para que, se houver alguma violação, haja denúncia, para que essa situação não se repita.”

O MAIS PROFUNDO É A PELE: EXPOSIÇÃO DÁ VISIBILIDADE A CORPOS LGBT+60

As belas fotos que ilustram a reportagem sobre o envelhecimento da população LGBT+ integram a exposição O mais profundo é a pele, do fotógrafo carioca Rafael Medina, em cartaz até 31 de agosto de 2025 no Museu da Diversidade, em São Paulo. A mostra retrata, de modo íntimo e delicado, a realidade dos corpos envelhecidos de 25 pessoas que fazem parte da comunidade LGBT+.

O fotógrafo revela que este é o momento oportuno para contar as histórias e mostrar os corpos que

passaram dos 60 anos, contribuindo para pensar em outra maneira de envelhecer “além das ideias de que a vida acabou, e que não é mais possível sonhar e amar”. A exposição, que faz parte da programação de eventos da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo — cujo tema, em 2025, é o envelhecimento — também apresenta uma instalação em vídeo, por meio da qual os visitantes poderão conhecer melhor as histórias das pessoas fotografadas.

CÚPULA DOS POVOS LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

Movimentos sociais e comunidades tradicionais organizam espaço paralelo à Conferência Mundial do Clima na Amazônia

JESUAN XAVIER

Com os olhos do mundo voltados para Belém (PA), sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes), a COP30, que acontecerá em novembro de 2025, movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e populações urbanas periféricas se organizam para romper a barreira das negociações oficiais e terem mais protagonismo no principal encontro internacional sobre a crise climática global.

Desde 2023, os líderes dos chamados “excluídos” se reúnem periodicamente e organizam um espaço que funcionará no mesmo local e paralelamente à COP30, também entre os dias 12 a 16 de novembro: a “Cúpula dos Povos pela Justiça Climática”.

A expectativa da organização é reunir cerca de 20 mil pessoas nesse ambiente, que contará com uma programação política, cultural e espiritual. O ponto alto será no dia 15, com uma grande mobilização internacional prevista para ecoar as vozes dos territórios.

Em fevereiro de 2025, lideranças sociais e ambientais de 16 países, como França, Filipinas, Quênia, África do Sul, Togo e Equador, reuniram-se no Rio de Janeiro em uma série de encontros preparatórios. O objetivo foi avançar na construção de uma agenda que reflita as realidades do campo, das florestas e das periferias do planeta.

À *Radis*, Araê Cupim, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e membro da comissão política da Cúpula, afirma que o evento paralelo “é sim um espaço de resistência, mas também de proposições. Uma resposta à exclusão sistemática das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas”.

Ele entende a importância da COP, mas não poupa críticas à sua estrutura e modelo. “A COP não é feita por nós, e nem para nós. As negociações estão mais preocupadas

em viabilizar o mercado de carbono do que em escutar os verdadeiros afetados pela crise climática”, diz.

INJUSTIÇAS CLIMÁTICAS

Em agosto de 2024, cerca de 600 organizações assinaram e divulgaram a Carta Política da Cúpula dos Povos (<https://cupuladospovoscop30.org/manifesto/>). “Soluções reais são urgentes e a sociedade civil de todo o mundo deve ser protagonista em todos os espaços de debate desta agenda. A COP30 precisa representar um ponto de virada neste cenário, e endereçar as ações necessárias para o enfrentamento da crise climática”, cobra o documento.

Não é a primeira vez que os organizadores da COP enfrentam um espaço paralelo de resistência e reivindicações. Houve iniciativas semelhantes já na Rio+20 (2012). A Cúpula dos Povos tem se consolidado como um espaço alternativo de crítica e proposição, presente em quase todas as edições das Conferências Mundiais do Clima.

Em novembro, os representantes dos movimentos sociais e das populações tradicionais irão discutir uma proposta que enfrente os problemas climáticos com justiça, centrado na realidade dos territórios, na soberania popular e no bem viver. A partir de inúmeros debates, reuniões e plenárias, que acontecem há dois anos, foram definidos quatro eixos de trabalho: água, território e soberania dos povos; justiça climática; transição justa, popular e inclusiva; juventudes, crianças, adolescentes, mulheres e diversidades LGBTQIAPN+ no centro das decisões.

Neste momento, a Cúpula dos Povos tem como objetivo pressionar e convencer o governo brasileiro a liderar a proposição de metas mais ousadas para a redução da temperatura global. Desde que foi lançada, no final de 2024, a Carta Política foi entregue ao presidente da República, Luiz

Marcha durante o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília (10/4), defendeu a participação dos povos indígenas na COP30.



Inácio Lula da Silva, à Secretaria Nacional Operativa da COP30 (Secop) e aos representantes do Executivo e parlamentares (deputados e senadores).

As propostas incluem reformas agrária e urbana, incentivos à economia solidária e proteção às populações tradicionais, além do combate ao racismo ambiental e estrutural. “O clima extremo, as secas, as cheias, os deslizamentos de terras e as falsas soluções climáticas servem como instrumento de aprofundamento da desigualdade e das injustiças ambientais e climáticas, principalmente nos territórios, e atingem de forma cruel aqueles e aquelas que menos contribuíram para a crise climática, ecológica e civilizatória”, diz o documento.

VIVER SEM DESTRUIR

A Cúpula defende ainda uma política de desmatamento zero e uma maior responsabilização das grandes corporações.

Araê tem uma preocupação a mais em relação ao atual debate sobre “transição energética justa”. Para ele, esse termo apenas mascara uma continuidade da lógica extrativista. “Não acreditamos nessa transição colocada. Ela não muda a forma de explorar a natureza, apenas a intensifica. O que está em jogo é justificar o acúmulo e a expansão do capitalismo com novos recursos minerais”, destaca.

Outro integrante da organização da Cúpula, Eduardo Soares, secretário de Articulação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), destaca à *Radis* que representantes das comunidades religiosas também participarão ativamente do evento. Ele faz parte do Tapiri Inter-religioso, que reúne igrejas, organizações ecumênicas, povos de terreiros, espiritualidades indígenas, expressões diversas de tradições de fé presentes no Brasil. “É uma articulação ecumênica que também se fará presente na Cúpula dos Povos. Iremos discutir o fundamentalismo religioso e a defesa da liberdade de expressão e de culto.”

LINHA DO TEMPO

CÚPULA DOS POVOS PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

2022

- Belém é anunciada como sede da COP30

2023

- Movimentos sociais iniciam articulações e escutas nos territórios
- Durante a Cúpula da Amazônia, surge a proposta da Cúpula dos Povos
- Comissão Política da Cúpula é formada por lideranças de todo o país

2024

- Lançada a Carta Política da Cúpula dos Povos com mais de 600 organizações signatárias
- Ampliação da mobilização nacional e internacional com plenárias, caravanas e articulações temáticas

2025

- Em paralelo à COP30, Cúpula dos Povos será realizada em Belém com atividades políticas, culturais e espirituais

Eduardo acredita que será uma oportunidade única para mostrar ao mundo que é possível viver sem destruir. “Nossa espiritualidade, nosso modo de viver, nossa relação com a floresta, com o rio, com os outros seres vivos, tudo isso é parte de uma ecologia integral. Não se trata só de reduzir carbono, mas de mudar a lógica que destrói”, afirma.

Para ele, a Cúpula dos Povos é a expressão da resistência dos territórios frente às falsas soluções do mercado. “É um espaço onde a vida real, que pulsa nas comunidades, ganha voz e propõe caminhos”, pontua.

“ A COP não é feita por nós, e nem para nós. As negociações estão mais preocupadas em viabilizar o mercado de carbono do que em escutar os verdadeiros afetados pela crise climática ”

Araê Cupim

PARTICIPAÇÃO REAL DOS TERRITÓRIOS

Eduardo ressalta a importância desse espaço, autônomo da sociedade civil, comprometido com as realidades vividas nos territórios. “A Cúpula nasce das demandas dos territórios, não de forma vertical, mas horizontal, em que comunidades e povos podem externar os impactos que muitas vezes são causados por grandes empresas. Impactos que, dentro das COPs, muitas vezes aparecem de forma distorcida”, defende. “As vozes nascem dos territórios. É preciso que a população impactada seja a primeira a ser ouvida, trazendo também soluções possíveis e necessárias”.

A expectativa da Repam é de que a realização da Cúpula fortaleça ainda mais as alianças com organizações de base e comunidades tradicionais. “Queremos contribuir. A missão da Repam é estar a serviço da vida nesses territórios. Assim, podemos avançar ainda mais nas mudanças necessárias em relação à ecologia integral e à justiça climática”, considera.

Tanto a Repam quanto o MAM defendem a participação dos povos originários que estarão presentes em Belém. “Nosso papel é fazer ecoar essas vozes. É escuta ativa para

compreender os desafios e projetar a presença desses povos. É preciso garantir a sua presença histórica e de seus modos de vida. Sem isso, não há resposta real à crise climática”, defende Eduardo.

Para ressaltar a relevância desse espaço, o Conselho de Participação Social da Presidência da República aprovou, em fevereiro de 2025, uma resolução recomendando ao governo federal a interlocução com a Cúpula dos Povos rumo à COP30. Embora suas recomendações não sejam vinculativas, o gesto é visto como um importante instrumento de pressão política.

A resolução destaca quatro pontos principais: participação da sociedade civil no grupo técnico da COP30; articulação de uma Aliança Global pela Justiça Climática; interlocução direta com a Cúpula dos Povos; e compartilhamento de iniciativas com os fóruns de participação social.

Em abril de 2024, o mesmo Conselho já havia aprovado uma primeira resolução solicitando que o governo federal estabelecesse interlocução formal com a Cúpula dos Povos nos preparativos para a COP30. A medida visava assegurar a escuta qualificada dos movimentos sociais e comunidades tradicionais na construção da agenda oficial do Brasil.

“Ela reflete a atuação propositiva e qualificada das organizações que compõem a Cúpula dos Povos e do Conselho de Participação Social. O Brasil tem sido referência na ampliação dos espaços de participação popular em decisões

sobre problemas globais. Esperamos que essa resolução se traduza em um processo rico de contribuições para enfrentar as mudanças climáticas e o racismo ambiental”, destaca Rud Rafael, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

MUITO ALÉM DA COP30

A luta por justiça climática também passa pela visibilidade, mobilização e soberania dos territórios antes, durante e depois da COP30. Araê resalta que o processo vai além do evento: “A gente entra na Cúpula acreditando num processo que não termina com o evento. Estamos construindo outras economias, outras formas de se relacionar com a natureza. Somos nós, camponeses, povos das águas e das florestas, que temos resistido e apresentado propostas resilientes às mudanças climáticas”.

Os organizadores esperam que a Cúpula dos Povos seja um marco de mobilização que transcenda o evento oficial. “Não acaba em 2025. A gente está construindo um processo que continua nos territórios”, completa Araê.

Eduardo espera que Belém seja lembrada não só por sediar a COP30. “Mas por ser o território onde os povos disseram: basta. E apresentaram outras formas de viver, conviver e cuidar da ‘Casa Comum’.”

OS 6 EIXOS DA CARTA POLÍTICA DA CÚPULA DOS POVOS

- **ANTICAPITALISMO** Crítica ao modelo de desenvolvimento baseado no lucro e na exploração da natureza e dos povos
- **JUSTIÇA DE GÊNERO** Defesa dos direitos das mulheres e da diversidade sexual e de gênero nos territórios
- **ANTIRRACISMO** Combate às estruturas racistas que afetam povos negros, indígenas e periféricos
- **TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA** Contra o extrativismo verde e por modelos populares de energia
- **DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA CLIMÁTICA** Participação real dos povos nos espaços de decisão
- **DEFESA DOS TERRITÓRIOS** Garantia da soberania, demarcação, titulação e proteção dos modos de vida tradicionais

DA QUEBRADA À COP

Para Karina Penha, integrante do Perifa Connection, a voz de quem é mais afetado pelas mudanças climáticas precisa ser ouvida na COP30



Karina Penha na COP29, em Baku, no Azerbaijão (2024): participação como coordenadora da delegação de jovens

ACERVO PESSOAL

Desde criança, Karina Penha tinha o sonho de ser uma defensora do meio ambiente. Neta de pescadores e quebradeiras de coco, a jovem cresceu entre os campos alagados da Baixada Maranhense, em Viana, e a periferia da Região Metropolitana de São Luís, em São José de Ribamar. Com uma consciência ambiental desde muito cedo, hoje Karina é uma das principais vozes da juventude brasileira na luta pela justiça climática.

Bióloga, a maranhense é formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrou programa do Instituto de Estudo dos EUA (SUSI) para Líderes Estudantis, com foco em empreendedorismo social pela Faculdade de Amherst e Universidade do Arizona. Socioambientalista e ativista há mais de dez anos, entendeu na prática como as mudanças climáticas acontecem, a partir da observação do território em que sua família vive na Baixada Maranhense. Ela viu seu avô e tios serem impactados pela seca e pela estiagem que têm aumentado ao longo dos anos. Enquanto isso, cresceu com as contradições em outro extremo, a periferia em sua forma mais conhecida: a urbana.

Atualmente, aos 29 anos, Karina é coordenadora de mobilização e cofundadora do Amazônia de Pé, um movimento pela proteção das florestas e dos povos da Amazônia, que agrega pessoas de todo o Brasil e mais de 350 organizações. Também faz parte do Perifa Connection, uma plataforma de conexão e confluência entre as periferias do país para articular e formar lideranças da juventude negra. “A gente tem um olhar diferente, entendendo as periferias como tecnologia, como solução, como territórios que tem muito a ensinar”, afirma à *Radis*.

Por cerca de uma década, ela atuou na ONG Engajamundo, voltada para a formação de líderes da juventude em temas ambientais e sociais no Brasil e no mundo. Karina frequenta as Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP) desde 2016, seja como parte da delegação oficial do país ou coordenando outras delegações de jovens.

Ela descobriu na sua própria história a conexão com o meio ambiente e as contradições que as pessoas de periferia vivenciam. Para além do descontentamento, Karina tem dedicado sua juventude a incentivar outros jovens a lutar por um mundo mais justo. “Nós somos a última geração que pode salvar a Amazônia” é o lema do movimento Amazônia de Pé, que incentiva outras pessoas a se juntarem à causa.

Karina conversou com *Radis* e explicou como as periferias brasileiras têm se organizado para ter suas pautas ouvidas na COP30.

Como a luta pelo meio ambiente entrou na sua vida?

O Maranhão é um território que, metade do ano, é totalmente campo, seco, e a outra metade, alagado. As áreas alagadas são muito importantes, inclusive, para o equilíbrio do planeta. Pensar sobre essas questões e, principalmente, morando na periferia, entendendo todas as desigualdades desde muito cedo, viver processos de racismo ambiental, que hoje consigo nomear dessa forma, mas que até então eram

processos de quem vive na periferia, que às vezes a gente normaliza. Quem vive na periferia tem pouco acesso, não tem saneamento básico e transporte público de qualidade, não tem o direito de ir e vir por conta de algumas questões de mobilidade, como ruas pavimentadas. Observar tudo isso me fez entender que havia algumas questões ali, nomeadas hoje como desigualdade.

Então você é ambientalista desde muito jovem?

Desde que me entendo por gente, eu falo que quero ser ambientalista. Sempre brinco com isso, porque nem sabia o que isso significava na prática. Achava que ambientalismo era alguma coisa que me ligava ao meio ambiente, então eu queria ser isso. Sempre fui muito atraída por essa pauta, mesmo sem ter pessoas da militância na minha família. Minha família vem mais do lugar de conexão com o ambiente, de conexão mesmo de vida, de território, muito mais do que uma conexão política ou de militância. Sempre fui muito levada a isso, muito sensibilizada, inclusive com a pauta da Amazônia. Hoje a gente faz esse movimento de entender, ver e reforçar o Maranhão como um território amazônico.

O Maranhão também faz parte da Amazônia Legal. Você percebe essa identificação nas periferias?

A gente fica muito nessa coisa de transição. [E se pergunta:] Amazônia é Cerrado? O Maranhão tem vários ecossistemas e biomas muito diferentes — o que é incrível, muito plural e



Divulgação da campanha Amazônia de Pé com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante a COP27, no Egito

diverso; mas também acaba fazendo com que as pessoas se afastem um pouco [dessa perspectiva], especialmente quem mora nas periferias, que não tem mais acesso às áreas florestais. Hoje, entendo que as questões territoriais vão muito além da floresta. Por exemplo, a própria cultura amazônica, que é uma cultura super viva no Maranhão, e não necessariamente a gente vai ter áreas florestais mais “de Amazônia”, porque muita coisa já foi devastada. Mas a cultura, a fala, a comida, o modo de vida todo está relacionado a esse território amazônico.

Como as emissões de gases de efeito estufa (GEE), principais causadoras das mudanças climáticas, têm afetado as populações da Amazônia?

As mudanças climáticas acontecem em um contexto global, mas nem todas as pessoas são afetadas da mesma forma. Geralmente, quem menos contribui [com emissões de GEE] tem sido mais afetado diretamente por essas questões. Quando a gente olha para as comunidades que sofrem mais diretamente os impactos das injustiças ambientais, como, por exemplo, o racismo ambiental — que é um processo que fala sobre o território, mas também sobre as pessoas que são mais afetadas — geralmente são territórios periféricos [Radis 257]. A gente entende como periferia tudo aquilo que está fora dos grandes centros econômicos — periferias, aldeias, quilombos, a gente enxerga tudo isso como ambientes e territórios periféricos.

E quem são as pessoas mais afetadas?

A gente vê quem são as pessoas que estão nesses territórios, que são as populações negras, em especial. A gente olha para os processos de desigualdade e as mulheres são historicamente marginalizadas, estão nesse lugar de quem mais sofre. Mas existem também algumas outras conexões — por exemplo, o próprio território. Quem vive e tem essas experiências mais diretas com o território, a grande maioria são mulheres. No campo, quem experiencia os processos de seca geralmente são as mulheres: são elas as responsáveis por abastecer a casa de água e dar banho nos filhos. Nas periferias

também. Uma notícia com a qual me deparei há uns anos atrás, que fez muita diferença para o meu processo como ativista, para cada vez mais pautar a questão territorial e a questão racial dentro do contexto da justiça climática, era que as mudanças climáticas afetam em especial mulheres gestantes e negras nas periferias.

Essa realidade também interfere no futuro?

Todos os processos de desigualdade, historicamente, recaem sobre as mulheres. E aí a gente vai ligando: quem são essas mulheres? São todas as mulheres? Não, são mulheres periféricas. Quem são as mulheres periféricas? As mulheres negras, em sua grande maioria. Na verdade, basta olhar para as comunidades mais afetadas e ver qual é a cor das pessoas, a gente chega nesse público, que são as mulheres negras periféricas. A gente já vive um processo de desigualdade muito grande contra as populações periféricas e negras. Com as mudanças climáticas, existe algo ainda mais grave, que é uma geração que ainda nem nasceu, uma geração que está sendo gestada e pode também ser afetada pelas mudanças climáticas. No Brasil, a cada 23

minutos um jovem negro é assassinado [de acordo com o Mapa da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)]; esse jovem pode nem chegar a nascer, porque uma mulher negra ainda grávida é a mais afetada pelas mudanças climáticas.

“ As mudanças climáticas acontecem em um contexto global, mas nem todas as pessoas são afetadas da mesma forma ”



Encontro do Perifa Connection no Complexo do Alemão (RJ)

Como as periferias se relacionam com o meio ambiente?

As periferias são muito diversas. Existem as periferias mais urbanas, que vivem processos de injustiça e racismo ambiental muito fortes. Têm um distanciamento muito grande de uma conexão com a natureza, por exemplo. Até porque a maioria das pessoas que moram em periferias urbanas não têm acesso [às áreas florestais]. Mas, por outro lado, as “periferias quilombos” têm outra relação com a natureza, uma relação mais de aquilombamento mesmo, de entender a natureza como um território que é vivo, que faz parte da sua espiritualidade. A mesma coisa com os territórios indígenas, que não olham para o meio ambiente como um lugar unicamente de extrativismo e de utilitarismo.

Mas existem grupos engajados pelo ambientalismo dentro das periferias?

Hoje tem crescido muito o movimento das periferias se olharem como parte dessa solução. Inclusive, as próprias periferias constroem tecnologias e soluções dentro dos territórios, que podem servir de aprendizado para outros territórios que não são periféricos. Por isso a gente luta para que as periferias estejam cada vez mais presentes dentro dos processos políticos climáticos e ambientais, porque elas têm muito a ensinar. E no fim, as soluções são criadas para esses territórios. Se você não tem as pessoas do território presentes e fazendo [parte], não faz sentido, porque vai construir uma solução que, na verdade, não vai se encaixar ou não vai funcionar na base. Com os movimentos de juventude periférica, a gente tem conseguido engajar mais jovens nesse debate para entender que eles já constroem soluções dentro de seus territórios e que, por isso, precisam também fazer parte dos processos políticos.

O que esperar da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) que vai acontecer no Brasil, em Belém (PA)?

Apesar dessa conferência acontecer no Brasil, a gente tem que reduzir um pouco as expectativas, porque é uma Conferência Internacional das Partes da ONU. Então, embora o Brasil tenha um envolvimento muito grande com as COPs, em especial porque a origem dessa conferência aconteceu durante a ECO-92 [no Rio de Janeiro], e apesar das pautas climáticas serem muito relacionadas ao país, em especial, com a questão da Amazônia, das nossas florestas, ela não é uma conferência que fala só do Brasil. Os temas prioritários não são temas que são prioridades para o Brasil. Acho que primeiro tem que não criar expectativa de que, por acontecer na Amazônia, toda Conferência vai debater a Amazônia. Mas é uma oportunidade. Sempre que um país sedia a COP, é muito cobrado, muito visado, porque precisa ser um exemplo de política climática e ambiental. A gente tem a oportunidade de pressionar a Presidência e ministros nesse momento, porque eles estão sediando uma Conferência.

Quais temáticas são importantes para o Brasil?

O que a gente espera é que o Brasil avance com os acordos climáticos, que tenha bastante ambição para essa COP. Um dos assuntos principais são os combustíveis fósseis, que é um problema no Brasil, mas para outros países é ainda mais. No Brasil, o [maior] número de emissões [de GEE] vem das mudanças no uso da terra, do desmatamento, das queimadas, da pecuária. A gente tem expectativa que essa temática avance esse ano no Brasil. Não só dentro do contexto da ONU, mas que seja um comprometimento do país em deixar um legado positivo nessa COP, entendendo que a gente tem esse como um dos nossos principais problemas.

Como a questão da preservação das florestas se relaciona com as comunidades tradicionais?

Eu trabalho diretamente em uma campanha sobre florestas públicas da Amazônia. A gente espera que o Brasil tenha um comprometimento com a redução de desmatamento, em especial das florestas públicas, que são áreas que têm o maior



Palestra de Karina Penha para o TEDx Amazônia 2024

número de grilagem e desmatamento. São áreas florestais que não têm uma destinação correta e a gente quer que elas sejam destinadas às populações indígenas, quilombolas, sejam unidades de conservação. Já que a COP é no Brasil, esperamos que o tema das florestas tropicais seja prioritário, que entre com muita força nos espaços de negociação para que os países criem acordos para isso.

Como o tema do racismo ambiental deve aparecer na COP30?

Tem uma expectativa para que, em uma COP que acontece no Brasil, onde a maior parte da população é afrodescendente, que os ministros e a Presidência [da República] tragam essa pauta de forma muito forte. É uma temática que a gente tem tentado emplacar em todas as COPs e não é vista como a gente gostaria. Não está ainda nos documentos, nas negociações, mas a gente tem feito uma mobilização grande para conseguir que essa temática seja tratada nessa COP como prioritária, também olhando para as comunidades negras, afrodescendentes e de populações tradicionais existentes no Brasil.

Como a juventude está se organizando para a COP30?

A gente trabalha com muitos voluntários, com muitas pessoas que têm expectativa de ir para Belém. A gente sabe que nem todo mundo entra na COP, porque precisa de credencial. Temos criado mecanismos e atividades para que as pessoas que não consigam chegar em Belém ou que estejam em Belém, mas não vão entrar nos espaços oficiais, consigam, de alguma forma, ter algum tipo de participação, realizando outras atividades ao longo do ano. A gente tem criado uma trilha formativa com pessoas até o fim do ano para engajar grupos a fazerem atividades nas suas cidades pensando no contexto da COP, mesmo sem estar diretamente nesse espaço da COP. 

O ENCANTAMENTO INFINITO DA MATA ATLÂNTICA

Exposição no Museu do Jardim Botânico (RJ) celebra o bioma e nos lembra da urgência de sua preservação

LICIA OLIVEIRA

O sapo flamenguinho é um símbolo do Parque Nacional de Itatiaia (RJ), na Serra da Mantiqueira, e os líquens que encontramos por lá têm uma aparência diferente, como se estivéssemos diante de uma obra de ficção que representasse plantas de outros planetas. Essas são informações que ouvimos de uma das instalações de áudio em forma de flor presente na exposição Mata Atlântica: in-finitos encantos, do Museu do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Aberta desde março de 2025, a exposição marca a celebração do aniversário de um ano do museu, mas, principalmente, propõe-se a retratar a importância do bioma no qual o próprio museu está inserido.

O trajeto que nos conduz pela diversidade da Mata Atlântica traz alguns detalhes ao seu visitante, mas também conta um pouco da história do bioma que convive com a maior população ao seu redor, 70% dos brasileiros, passando por 17 estados. Contudo, é o território que historicamente mais sofreu com a ação humana, já que foi o primeiro a ser ocupado após a colonização.

Nas instalações, que contém áudios, fotografias, peças conservadas, réplicas e vídeos, passamos por três espaços em que no início vemos um pouco dessa riqueza e da história, seguimos para um momento de reflexão, embalados pela voz da atriz Dira Paes, que personifica a Mata Atlântica, e terminamos em uma ação concreta, com o plantio de uma semente de uma espécie nativa.

A ideia de empregar uma linguagem artística e lúdica busca sensibilizar aqueles que visitam a exposição e tem o objetivo de despertar o sentido do cuidado e a compreensão de que temos um bioma muito diverso,



TOMAZ SILVA / AGENCIA BRASIL

com vários ecossistemas. Além disso, como diz Marinez Siqueira, diretora da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) e curadora científica da exposição e do Museu do Jardim Botânico, a Mata Atlântica é o domínio fitogeográfico mais estudado do Brasil e sobre o qual o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) tem mais pesquisas.

“Na verdade, a gente fala bioma mais porque é uma linguagem que já é utilizada, mas é um domínio fitogeográfico. Portanto, ele tem vários ecossistemas associados, muita biodiversidade, flora, fauna, microbiota. Por incrível que pareça, é o mais estudado do Brasil, mas ainda tem muito a ser descoberto. É um lugar riquíssimo, que vem sendo utilizado há muito tempo e há uma variação: dependendo da visão, só há de 12 a 27,7% de Mata ainda restante”, afirma.

(IN)FINITOS ENCANTOS PARA SE PRESERVAR

Como diz a diretora da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT), a ideia de “In-finitos” presente no nome da exposição — com o hífen separando o prefixo In — indica que a Mata Atlântica até pode ser finita, mas a sua diversidade é múltipla: “Diversidade biológica, cultural, de ecossistemas, de todos os tipos que esse bioma tem e que é riquíssimo. Mesmo que ainda tenha perda, também tem preservação. Por isso, a ideia de ser In-finitos Encantos, ou seja, é um encanto que pode ser finito, mas ele é infinito na sua complexidade”, explica Marinez.

Segundo a curadora, é justamente essa diversidade que traz a narrativa do encantamento para que as pessoas que visitam a exposição se lembrem do outro lado. “É a possibilidade de imersão, reflexão e ação para tirar apenas do ciclo do que é ruim. É tentarmos mostrar a Mata Atlântica não apenas pela visão de desmatamento, de uso, de exploração que o bioma teve ao longo da nossa história, mas por outro ângulo”, pontua. Para a pesquisadora, essa é uma forma de tirar um peso, especialmente para os mais jovens e estudantes que passam por lá, de um legado negativo das gerações anteriores — e um convite para se pensar no poder transformador da preservação.

Para Daniela Alfonsi, diretora do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), responsável pela administração do museu, a escolha por fazer uma exposição sobre a Mata Atlântica também tem um lugar simbólico. “O Jardim Botânico, como instituto de

pesquisa, desenvolveu muito conhecimento sobre Mata Atlântica. E o museu, dentro da estrutura do JBRJ, é esse lugar de ocupação das pesquisas que o Jardim realiza, da sua história. Além disso, é importante como vai ser trabalhado, no contexto museológico, o conhecimento sobre um domínio tão vasto”, comenta.

A diversidade é uma das características mais ressaltadas na exposição, visto que isso se dá pela própria extensão que ela abrange, com altitudes diferentes e variações climáticas, como diz um dos painéis. Apenas sobre palmeiras, são 306 espécies nativas do Brasil e 76 delas estão na Mata Atlântica. O Guriri (*Allagoptera arenaria*) é um exemplo. Encontrada em restingas entre São Paulo e Bahia, o seu caule é subterrâneo e apenas as folhas ficam visíveis.

A diretora do museu afirma que algo muito presente na exposição e nas atividades educativas realizadas no local é o princípio de trazer o protagonismo para as plantas. “É algo que acho muito bonito e em uma linguagem de divulgação mesmo para aprendermos sobre as nossas plantas, pois não nos ensinam muito sobre isso nas escolas, no nosso dia-a-dia. Aprendemos sobre animais que talvez nunca iremos ver, que estão nos livros infantis, nos filmes. E por que não fazemos o mesmo sobre nossa flora?”, questiona Daniela.

Marinez comenta também sobre isso e traz o nome dessa questão: invisibilidade botânica. “Chama muita atenção que a flora brasileira tenha mais de 35 mil espécies de plantas angiospermas catalogadas, que são as plantas com flores, com fruto, e pouco se conhece sobre elas. A invisibilidade botânica é algo muito forte. Quando eu era criança, inclusive a fauna brasileira também era invisível. Hoje o conteúdo sobre a fauna brasileira está mais diversificado, mas sobre a flora ainda é muito pouco”. A pesquisadora entende que o caminho para a preservação também passa pelo conhecimento.



ALBERT ANDRADE

LUCIA OLIVEIRA

Perereca polinizadora [p. 29]; guriri e cambuí-amarelo-da-restinga, antes encontrado nas areias de Copacabana



LUCIA OLIVEIRA



ALBERT ANDRADE



MATA ATLÂNTICA, POPULAÇÕES E O FUTURO

A Mata Atlântica ganhou uma voz para dizer quem ela já foi, quem ela é e o que ela ainda pode vir a ser, especialmente por causa da ocupação desenfreada e predatória pós-colonização. No segundo espaço da exposição, em uma sala escura, vemos um vídeo em que a voz da Mata Atlântica é materializada em uma narração feita por Dira Paes e somos levados a refletir sobre o futuro do bioma e o nosso próprio futuro, a partir de nossas ações.

E são as ações especialmente nas áreas urbanas que podem ser um passo fundamental para tentar reverter a situação de desmatamento, perda e crise da biodiversidade, além de contribuírem com o enfrentamento da emergência climática, na visão de Marinez. “Não tenho dúvida que a regeneração e a restauração do bioma passa tanto pelas áreas não ocupadas, mas também precisa acontecer no território urbano. Tem iniciativas de cidades verdes, voltadas para a conscientização nos municípios. Nas cidades, por exemplo, não utilizar espécies exóticas na arborização urbana e, sim, as nativas da região”, ressalta.

Outra questão colocada pela pesquisadora é que, em um domínio fitogeográfico de longa extensão, é preciso levar em consideração as características regionais. “Se ocorrer o aumento da arborização com espécies nativas nas áreas urbanas, é possível melhorar ou mitigar, por exemplo, as ilhas de calor no Rio de Janeiro ou situações de inundação, de deslizamento de terra.

Mas é preciso usar espécies nativas da região; afinal, a Mata Atlântica vai desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. Tudo isso envolve pesquisa, ciência e saberes locais e territoriais”, explica.

De um dos caules em forma de flor em que podemos ouvir os áudios da exposição, também escutamos a música Da lama ao caos, de Chico Science (1996-1997) e do grupo Nação Zumbi. A canção traz o mangue como tema e, ao mesmo tempo, convoca para uma revolução, uma reorganização humana, ainda nos anos 90. “Posso sair daqui pra me organizar / Posso sair daqui pra desorganizar”, diz os versos, na batida do mangubeat. Também agora é preciso reorganizar a manutenção da biodiversidade, afinal isso impacta nas questões de saúde e no bem viver.

“Quando o bioma não está equilibrado, quando há uma situação de desmatamento, existe a exposição de uma população a novos potenciais patógenos. Também temos a volta de doenças que já tinham sido controladas ou erradicadas. E isso se agrava muito não só com o desmatamento, mas com a mudança climática. Quanto mais se desmata, mais se prejudica a situação do clima, o que repercute na saúde. É um ciclo”, analisa Marinez.

No caso da Mata Atlântica, com a complexidade dos vários sistemas que possui, este desequilíbrio prejudica os diversos seres vivos que habitam em seu entorno. Um exemplo é a perda de um serviço ecossistêmico como a polinização. “Quando há a diminuição de agentes polinizadores, diminui o potencial agrícola



TOMAZ SILVA / AGÊNCIA BRASIL

Detalhes da exposição; instalação artística “Utopia Botânica” [p.32]. Visão geral do primeiro setor da exposição; Pau Brasil; sementes de jacarandá-da-bahia são plantadas pelos visitantes ao fim da exposição



LUCIA OLIVEIRA



ALBERT ANDRADE

daquela região”, comenta Marinez. E uma das estrelas da exposição é justamente a *Xenohyla truncata*, uma perereca polinizadora rara, que vive nas restingas do Rio de Janeiro, e é conhecida por ser o primeiro anfíbio polinizador do mundo.

EU SOU MATA ATLÂNTICA

Ao final, no terceiro espaço do percurso da exposição, podemos deixar a nossa contribuição para a Mata Atlântica. Cada visitante é convidado a plantar uma semente de árvore nativa do bioma, que será cuidada dentro do próprio Jardim Botânico, e quando estiver suficientemente desenvolvida será entregue a parceiros da instituição, que vão plantar as mudinhas. Até o momento, das sementinhas plantadas, 300 já se transformaram em mudas e foram encaminhadas para reflorestamento.

O pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) não poderia faltar nesse percurso. Além de compor uma das peças da exposição, está presente na instalação artística “Utopia Botânica”, desenvolvida por Fernanda Froes para o Museu do Jardim Botânico. O grande símbolo da Mata Atlântica, que já esteve à beira da extinção, aparece como uma floresta feita de pedaços de tela de algodão tingidos à mão e costurados com fios igualmente pintados com a tinta do pau-brasil. O material veio a partir de podas de árvores.

A sensibilização e a divulgação do conhecimento se tornaram aliadas nesse processo de conscientização pela preservação ambiental, como explica Daniela.

“O que queremos trazer com essa exposição tem a ver com esse sentimento de encantamento e de pertencimento: ‘isso é meu, quero ajudar a cuidar disso. Quero conhecer mais para cuidar melhor’”. Para ela, o entendimento de nossa biodiversidade e de nossa flora ajuda a compreender melhor o lugar de cada um no mundo.

Daniela e Marinez reforçam essa importância ao longo de toda a conversa com *Radis*. Para a diretora do museu, o uso da arte traduz o saber científico em uma linguagem mais aberta. “A divulgação científica amplifica esse conhecimento, porque é só com as pessoas conhecendo que elas podem cuidar e proteger. E a arte chama atenção para aspectos que talvez você não perceberia assistindo uma aula ou lendo um artigo científico. A arte é uma entrada e, a partir disso, abre-se uma janela de possibilidades”, afirma Daniela. 

SERVIÇO: EXPOSIÇÃO MATA ATLÂNTICA: IN-FINITOS ENCANTOS

Local: Museu do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Quando: De quinta a terça-feira, das 10h às 17h.

Não abre às quartas-feiras

A entrada é gratuita

■ Leia mais sobre o Museu do Jardim Botânico e o papel da divulgação científica no site

A VIDA LGBTI+60 EM LIVROS, SÉRIES, FILMES E PROJETOS

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

“Memória, Resistência e Futuro” é o tema da 29ª edição da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo, marcada para 22 de junho, na Avenida Paulista. O evento, organizado pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP), expressa o compromisso com o debate urgente sobre a realidade das pessoas LGBT+ idosas do Brasil. “Se hoje milhares ocupam as ruas com orgulho e visibilidade, é porque tantas outras, antes delas, enfrentaram a repressão, o preconceito e a violência para que esse espaço de luta e celebração fosse possível”, justificam os organizadores.

FREEMK



DIVULGAÇÃO

PROTAGONISMO E DIREITOS

Associação sem fins lucrativos que se dedica ao bem-estar da população LGBT+ idosa, a EternamenteSou oferece serviços e projetos focados no atendimento psicossocial e promoção dos direitos, “contra o preconceito, intolerância e a invisibilidade”. O objetivo da organização é promover a inclusão social e o protagonismo das pessoas idosas LGBT+, garantindo uma velhice digna e saudável, além de defender os direitos humanos e a promoção da cidadania plena. Em seu site, o grupo informa sobre eventos e oportunidades de trabalho e divulga textos sobre longevidade e vida saudável. Acesse: <https://www.esou.org/>.

AIDS E ENVELHECIMENTO

O livro do sociólogo João Paulo Gugliotti, *AIDS e Envelhecimento Homossexual: Representações gerontológicas e a linguagem da patologia* (EdUFSCar) explora as continuidades e rupturas das pesquisas sobre homossexualidade e envelhecimento de 1970 a 2018. A partir da representação da homossexualidade pelas ciências biogerontológicas, o autor discute o impacto de classificações estigmatizantes, a emergência de categorias médicas e os usos estratégicos de eufemismos por pacientes e pessoas afetadas pela aids, bem como analisa o ativismo encampado pelo grupo Mothers of Patients with aids [Mães de Pacientes com aids], em Nova York, evidenciando a intrincada relação entre a ausência de políticas de saúde macrosistêmicas, os dilemas morais e éticos da epidemia e o papel da gerontologia social e de grupos civis organizados.

CORPOS QUE RESISTEM

As três temporadas da série LGBT+60: Corpos que resistem, do jornalista e roteirista Yuri Alves Fernandes, mostram histórias de resistência, amor e conquistas protagonizadas por idosos LGBT+ brasileiros. Com mais de 2 milhões de visualizações nas plataformas digitais — e premiada por melhor roteiro e melhor direção no Rio Webfest, a série está disponível no YouTube e na Globoplay. Entre os relatos surpreendentes está o de Ana Carolina Apocalypse, mulher trans de 65 anos que iniciou sua transição de gênero a partir dos 59 anos. Os episódios estão disponíveis em <https://bit.ly/serielgbtmais60>.

NAS MARGENS DA CIDADE

Todos nós sonhávamos em ser Carmen Miranda (Editora Impressões de Minas) é o título da coletânea de contos assinada pelo jovem escritor Kaio Phelipe. De Realengo, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o autor retrata o enfrentamento das violências exercidas contra os corpos LGBTQIAPN+ — incluindo os 60+ — propondo, na mesma medida, uma reflexão do modo de dizer e defender a não-violência. Dos contos, 5 ou 6 falam sobre gays idosos. “São os textos que mais gosto no livro”, diz Kaio.



DIVULGAÇÃO



A humanidade de Sebastião Salgado

Fotógrafo brasileiro reconhecido internacionalmente faleceu em maio e deixa um legado de imagens sobre a condição humana

“ A morte de Sebastião Salgado não apaga a luz crua — e necessária — que ele jogou sobre as feridas abertas da humanidade. Seu nome não era apenas um dos mais respeitados da fotografia mundial, mas também um sinônimo de denúncia, empatia e resistência. Usando o preto e o branco para enfrentar os tons de cinza da condição humana e de suas misérias, ele lembrou que imagens podem ser mais poderosas que armas. ”

(Leonardo Sakamoto, em artigo no UOL, publicado em 23/5/2025)



■ Sebastião Salgado morreu aos 81 anos, no dia 23 de maio de 2025. Mineiro de Aimorés, nascido em 1944, ficou conhecido internacionalmente por suas fotos documentais, em preto e branco, que retratam contextos de exploração, sofrimento, amor, luta e interação com a natureza.

Doação de Leite Humano: um gesto humanitário que alimenta esperança.

A doação de leite humano salva vidas de bebês prematuros e de baixo peso, internados nas Unidades Neonatais, de forma sustentável e natural todos os dias.

Ligue 136 ou procure o Banco de Leite Humano mais próximo e informe-se sobre como doar.

gov.br/doacaodeleite

